



Sudam abre consulta pública para o PRDA

O foco é a sociedade amazônica, mas qualquer pessoa com interesse no assunto poderá fazer sugestões no documento que deve indicar ações na Amazônia por 12 anos

Na segunda quinzena de março, toda a sociedade poderá participar da elaboração do Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA) por meio da consulta pública virtual. O plano é um instrumento de planejamento a ser adotado pelo governo federal para a redução das desigualdades regionais. O processo de elaboração do PRDA é uma ação conjunta da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) com o Ministério do Desenvolvimento Regional, ministérios setoriais, órgãos e entidades federais presentes na Amazônia Legal e em articulação com os governos estaduais. Para participar basta acessar o site da Sudam (www.sudam.gov.br) para conhecer a minuta e enviar a contribuição.

O PRDA estará alinhado com a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (Endes) e com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). “Antes, o plano era elaborado para ser desenvolvido com o PPA, mas desta vez, ele deve atender uma visão estratégica para um período de 12 anos. Então, este PRDA orientará as ações na Amazônia de 2020 a 2031. Por isso, é primordial que a sociedade amazônica participe porque será diretamente alcançada”, afirma Keila Rodrigues, diretora substituta de Administração da Sudam.

A consulta é voltada principalmente para as pessoas que moram nos estados da região amazônica, mas qualquer pessoa com interesse no assunto pode contribuir com a finalização do documento, que estará disponível a partir da segunda semana de março. “A Sudam tem expertise na sistematização de Planos de Desenvolvimento: este é o terceiro PRDA. O modelo de planejamento foi adotado pelo Ministério do Desenvolvimento Regional para orientar metodologicamente a diminuição das desigualdades nas regiões Nordeste e Centro-Oeste”, comentou.

O PRDA é o instrumento de planejamento do desenvolvimento regional de referência que norteia as ações tanto das instituições públicas, quanto das políticas públicas na Amazônia. “A intenção é de atender as particularidades dos estados amazônicos, visando que o pacto federativo, por meio do sistema de governança, seja fortalecido” destacou a diretora.